

Disciplina: Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Projeto Político Pedagógico: conceituação e definição

Regina Magna Bonifácio de Araujo

(...) A liberdade é força para coexistirmos com os demais seres humanos e com a natureza, sem sermos por eles subjugados e sem precisarmos subjugá-los para viver (...) A liberdade, força para o plural simultâneo, é presença a si e aos outros sem o medo da morte recíproca".
(Marilena Chauí, 1987)

Neste texto, procuraremos tematizar o Projeto Político Pedagógico (PPP) em suas conceituações e relações, mediado pela gestão colegiada, no campo da Educação Básica. Desde as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEM), Lei nº 9.394/96, em que foi definido que cada escola deveria construir o seu PPP, que as dificuldades e questionamentos acerca da construção de tal documento fizeram com que surgissem livros, manuais e roteiros orientadores, sem que as considerações necessárias fossem feitas. Ou seja, queremos neste espaço trazer o foco para o processo histórico e identitário de construção do PPP, considerando-o no seu duplo sentido: o de ser um documento regulatório, mas, também, de emancipação (ROSSI, 2004).

A realidade vivenciada atualmente nos leva a considerar a escola como um empreendimento humano que, enquanto organização social, necessariamente precisa ser gerida num clima de autonomia, participação e colaboração. A Constituição de 1988 traz em seu capítulo dedicado à educação a importância da gestão democrática enquanto princípio orientador das ações educativas e, também, como elemento norteador da igualdade como forma de acesso e permanência na escola. Com a LDBEN veio a regulamentação do PPP que, embora mantendo certa fragmentação e regulação, precisa ser considerado no seu caráter público, democrático e de inclusão social.

Dessa forma, a proposta de um texto que discuta o projeto político pedagógico, como parte deste curso, deve ser encarada como um caminho de reflexão conjunta, de

partilha de experiências acerca da nossa vivência com os projetos que estão delineados em nossas escolas, complementado por aportes teóricos e leituras selecionadas com critério e que pretendem conduzir este grupo à reflexão e à mobilização de conhecimentos e conceitos que expressem a escola com a qual sonhamos.

Nosso percurso será estruturado em três momentos: o primeiro em que discutiremos a diversidade de conceitos e em diferentes épocas, trazendo os princípios que norteiam, ou deveriam nortear, os PPP, ou seja, a gestão escolar numa perspectiva democrática e participativa. Num segundo momento traremos, segundo as normativas legais, os elementos que devem compor um PPP, com destaque para a elaboração, execução e avaliação do mesmo. Por fim, tomando como eixo de discussão a função social da escola, a educação como ato político (FREIRE, 1977) e pensando o Projeto como a materialidade do futuro no presente, discutiremos os desafios enfrentados pelos sujeitos responsáveis pela sua construção e acompanhamento, identificando as possibilidades e os limites de um PPP. A ilustração abaixo reflete nossa intenção de que estes momentos sejam considerados na sua inteireza e em articulação.



1. Conceituando o Projeto Político Pedagógico

O projeto pedagógico ou projeto político pedagógico é o produto da capacidade de planejamento participativo. As diferentes designações dadas a este instrumento, por vezes refletem a intencionalidade política que reveste a ação pedagógica. Para uns o pedagógico já carrega em si o compromisso político; para outros é necessário definir o projeto pedagógico como político na direção de reafirmar a não neutralidade do ato educativo como sugere Paulo Freire (2014). Encontramos, há ainda outras designações como plano global da escola, projeto educativo, proposta pedagógica e projeto pedagógico-curricular. No presente documento, trataremos como projeto político pedagógico, compreendendo que este instrumento, independente da sua nomeação, define o ideal de educação que a comunidade deseja construir.

Gadotti (2001) e Gandin (2002) compreendem o PPP como um elemento norteador das práticas escolares, conferindo a essas certa intencionalidade teórico-pedagógica e política, e ainda proporcionando a organização indispensável às práticas escolares. Nesta direção, a dimensão política é consubstanciada pela dimensão pedagógica, acompanhada da organização e desenvolvimento curricular e dos pressupostos teóricos-metodológicos e estratégias didáticas. Esses elementos, de maneira articulada e intencional, definem os princípios orientadores da ação escolar (SANTIAGO, 2001). As duas dimensões, política e pedagógica, são indissociáveis e têm como meta conferir à educação mais qualidade social, compromisso e participação na vida da sociedade.

O que se espera é que o PPP, nessa dimensão, confira unidade ao trabalho desenvolvido nas escolas, evitando que coexistam diferentes concepções pedagógicas conflituosas que possam comprometer o fazer pedagógico que deve se pautar pelo respeito ao outro e ao seu saber, pela promoção da construção do conhecimento e por acolher a diversidade geracional e cultural presente nessas unidades de ensino.

O PPP é a proposta mais abrangente da escola, é o núcleo fundamental em torno do qual a instituição expressa sua concepção e a realização das suas finalidades de formação de cidadãos responsáveis, críticos e participativos. Ainda, nos princípios norteadores de uma proposta educacional, segundo Veiga (2003) devem estar presentes a qualidade do ensino, a gestão democrática, a igualdade de acesso e a valorização profissional, elementos que integram e sustentam o fazer da escola.

A LDBEN não se preocupou com o rigor terminológico ao especificar a intenção dos planejamentos no âmbito da Educação Básica. Essa Lei deixa claro que os *planos de trabalho* são da responsabilidade dos docentes e que sua elaboração e seu cumprimento devem estar em consonância com a *proposta pedagógica* da escola, que é de incumbência, de acordo com esta normativa legal, das unidades de ensino. Assim a normativa legal declara acerca do PPP nas escolas de Educação Básica:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

É oportuno evidenciar a compreensão de Veiga (2003) acerca das questões terminológicas, pois a legislação não faz distinção entre proposta pedagógica e projeto pedagógico. Para a autora,

A proposta pedagógica ou projeto pedagógico relaciona-se à organização do trabalho pedagógico da escola; o plano de trabalho está ligado à organização da sala de aula e as outras atividades pedagógicas e administrativas [...]. O projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente (VEIGA, 2003, p.12-13)

Em geral, hoje identificamos a proposta pedagógica da escola como projeto político-pedagógico. Muito embora a legislação educacional tenha feito a opção pelo termo “projeto pedagógico”, a intencionalidade e o compromisso ético que decorrem da sua construção, da sua elaboração, por si só, já conferem uma força interventora na realidade. Vale destacar, novamente, que o termo “político” é apenas um reforço à natureza dessa ação, que por ser educativa já se insere como uma posição política, de

conscientização do papel social que tanto a escola quanto os seus diferentes atores, educadores e educandos, possuem.

Veiga (2003), Gandin (2002) e Vasconcellos (2004) reafirmam a relação entre as dimensões pedagógica e política do planejamento global da escola, destacando a necessária articulação entre elas com vistas às ações educativas essenciais à formação dos educandos e à construção de um espaço educativo que seja propício ao trabalho do educador e às relações que se pretendem democráticas e colaborativas. Essas ações se alicerçam na compreensão das escolas enquanto estruturas sociais, políticas e econômicas. É o olhar mais abrangente que define a direção que será construída pela escola e que vai referenciar todas as decisões que em seu interior serão tomadas. Este será o marco referencial do processo de planejamento.

Ao considerar a gestão democrática como um princípio da formalização do pensamento educacional brasileiro, a LDBEN aponta para a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola, em conjunto com a comunidade escolar e local, mediado pelos órgãos colegiados. É preciso que a escola reflita acerca do seu papel frente aos desafios que a sociedade e, em específico, a comunidade local, apresenta. E para isto, ela precisa estar respaldada em pressupostos teóricos e metodológicos que ressaltem a formação geral e ética para que os educandos possam responder aos desafios profissionais, políticos e sociais com os quais são confrontados todos os dias.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido do compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...]. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2003, p.13).

Mas afinal, o que define um projeto político pedagógico? Que aspectos e características podemos destacar e que corroboram com a sua conceituação e, principalmente, com a sua presença nas escolas enquanto um documento orientador da ação educativa? Qual a relação do PPP com o planejamento curricular?

Quero começar destacando que o PPP é uma ação efetiva, resultado da determinação da comunidade escolar em direção à sua utopia, ao que a instituição compreende acerca do que seja educar. Este documento, também, constitui a personalidade da escola e a

valorização da sua identidade. O que nos leva a indagar sobre o papel que a mesma precisa ter frente à comunidade na qual está inserida.

Outro aspecto que importa aqui destacar é que o PPP é um instrumento de intervenção na realidade, metodologicamente planejado e que deve fluir continuamente, de uma reflexão do cotidiano escolar e da comunidade local. Mas, também, é um instrumento de controle e monitoramento das ações da escola, definindo tempo e espaços do trabalho escolar, e estabelecendo os limites de sua autonomia.

Assim, o PPP nutre-se da participação e da construção coletiva de toda a comunidade escolar, não prescindindo da intimidade com a comunidade local. É uma convocação à responsabilidade da grande comunidade escolar (direção, docentes, funcionários, conselho escolar, dentre outros atores) com a educação e a formação de crianças, jovens e adultos; portanto, deve refletir as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar.

2. A construção do Projeto Político Pedagógico

O projeto político pedagógico é o resultado de uma ação articuladora de todos os envolvidos na realidade da escola e, como esforço coletivo de construção, tem como meta a concretização dos seus objetivos institucionais. É fundamental neste processo delinear claramente os limites e possibilidades das ações, bem como, a adoção de um processo adequado de planejamento, garantindo com isto a participação de todos.

O planejamento, qualquer que seja sua tendência, seja do ponto de vista estratégico-empresarial ou do ponto de vista emancipador (VEIGA, 2001), é um instrumento teórico-prático-metodológico que indica etapas sequenciais na sua construção, que podem conter aspectos comuns, mas que necessariamente precisam traduzir a realidade da escola. O PPP é o retrato da escola, daquilo que ela faz e do que pretende fazer. É a sua identidade e pensar em sua construção é pensar neste projeto enquanto “ação consciente e organizada” (VEIGA, 2001, p. 57).

À luz da concepção de planejamento participativo, o projeto político pedagógico deve se estruturar a partir de três eixos. O primeiro, denominado de **Eixo Referencial**, compreende a escola como parte de uma realidade global, mais ampla, e que se configura na tomada de posição da instituição quanto à sua função social e educativa, sua visão de

mundo, valores e objetivos. Neste momento é importante que a comunidade educativa responda à questão “o que pretendemos ser?”.

Neste momento, é fundamental a compreensão da realidade na qual a escola está inserida, do seu entorno, realizando um mapeamento do meio social, econômico e cultural. Essas ações darão a percepção de onde a escola está localizada e a que comunidade ela serve. Envolve um amplo trabalho de identificação das condições geográficas (localização, acesso), das condições demográficas (a população e seu desenvolvimento), das condições econômicas e socioculturais dessa comunidade e como se dá o relacionamento e os níveis de participação na vida local, como por exemplo com as associações, sindicatos, ONGs, dentre outros.

Ainda na definição deste Eixo Referencial, é importante destacar os aspectos relacionados à concepção filosófica que sustentará a ação educativa, ou seja, falar das expectativas e da direção da ação educativa. É falar de para onde se deseja conduzir a escola, é discutir a partir de questões como: o que se deve ensinar? O que o aluno precisa aprender? Portanto, é definir a concepção de sociedade que irá nortear os propósitos educativos, a concepção de aluno e de como ele aprende, aspectos esses que irão orientar as ações pedagógicas e educacionais que comporão o currículo da escola. E com base nessas definições, o projeto deve estabelecer os critérios de ações, articulando meios e recursos para a concretização dos objetivos definidos.

Esse aspecto operativo diz respeito aos aspectos pedagógicos e administrativos da escola, que embora relacionados, possuem suas especificidades e devem ser consideradas no momento do planejamento. Em relação aos aspectos pedagógico, deve-se considerar neste momento questões relacionadas ao currículo, metodologias, formas de avaliação, projetos interdisciplinares, bem como as relações entre professor e aluno, e os processos de ensino e de aprendizagem. Também é importante destacar a educação patrimonial, bem como, as ações e atividades que destacam as questões socioambientais. Acerca dos aspectos administrativos destacamos a estrutura e organização da escola, definição da equipe e suas funções, os serviços de secretaria e de higiene da instituição, o desenvolvimento de parcerias e acordos de cooperação técnica, o gerenciamento de recursos material e humano.

As questões acima indicadas necessitam de uma reflexão aprofundada pois elas se configuram como o caminho através do qual a escola será conduzida, projetada, e que é

preciso considerar a história da escola e de seus projetos, seus tempos e espaços, seus sonhos e utopias, sem desconsiderar que o PPP que se propõe, enquanto uma opção emancipadora,

(....) são democráticos em seus princípios e propósitos, integradores e tolerantes com as diferenças (transculturais), universalistas em sua intenção e abrangência (transnacionais), para estender a todos os indivíduos (que são sociais) condições concretas de autonomia política, econômica e intelectual. A educação para a liberdade precisa dar-se no bojo de um processo global de emancipação, no qual a virtualidade do conflito está sempre presente (ROSSI, 2005, p. 30)

O segundo passo na construção do PPP definimos como **Eixo Diagnóstico** que compreende o conhecimento da realidade e de seus problemas e necessidades e, também, a realidade que a comunidade escolar deseja alcançar. O diagnóstico não é apenas uma simples apresentação da escola, ele é “um juízo sobre a instituição resultante da comparação de sua realidade presente com a realidade desejada, apresentada no marco operativo” (GANDIN, 2003, p. 69).

É necessário ao se levantar um diagnóstico da escola, dos seus pontos fortes e daqueles que precisam melhorar, a compreensão que este confronto entre o real e o ideal nos dará a medida justa da distância que estamos e onde desejamos chegar. Para este momento é importante responder as perguntas: o que nos falta? Quanto precisamos percorrer para chegar aonde desejamos? Esse olhar atento para a realidade da escola, identificando suas necessidades e suas potencialidades, numa compreensão crítica da realidade, fará a diferença no planejamento institucional.

O diagnóstico é o instrumento capaz de realizar um levantamento do que precisa ser trabalhado, dos fatores que dificultam e facilitam o trabalho educativo, reconhecendo os problemas a partir dos que atuam no espaço escolar, do olhar daqueles que estão no centro da ação educativa. Um diagnóstico que pode e deve ser feito em cada nível de ensino, a partir dos relatos dos docentes sobre o que fazem, porque fazem, o que fundamenta o que fazem e o que pode ser mudado. A compreensão do que fazemos e porque fazemos é uma exigência quando pensamos na construção do PPP, pois acreditamos que uma nova atitude precisa ser desenhada na instituições escolares, nos relacionamentos interpessoais, na comunidade em geral, permeada pela participação, compartilhamento e co-responsabilidade, assumida na práxis freirena, na ação-reflexão-ação.

O **Eixo da Planificação**, último passo no processo de construção do PPP, refere-se ao ato de definir as ações que serão levadas a cabo, considerando os objetivos propostos, as metas estabelecidas, articulando os meios necessários com base no diagnóstico realizado. Essa ação parte, portanto, das definições realidades pela comunidade, considerando a relevância das necessidades identificadas no diagnóstico, o que Gandin (2002, p. 71) nomeia como “uma dedução do diagnóstico”.

Esse momento de programação define as ações concretas e as estratégias e atividades que serão implementadas na escola. Ao definirmos o que queremos alcançar (eixo referencial) e onde queremos chegar (eixo diagnóstico) falta ao PPP a definição do que fazer, de uma proposta de ação. E por ser um instrumento que define a identidade e a realidade da escola, o PPP é “um texto com contexto e história, e não uma mera declaração de princípios genéricos estanques, nunca revisados” (ROSSI, 2004, p.32). O que nos relva à reflexão da importância de ter as ações e atividades da escola bem planejadas, alinhadas à filosofia da escola. O PPP deve conter o que realmente a escola vai fazer a partir da sua realidade, dos recursos materiais e humanos disponíveis.

E a avaliação é um aspecto importante neste processo. Ela se integra ao projeto, considerando todas as etapas da programação e necessita ser indicada num cronograma previamente definido pelo coletivo escolar. Uma prática participativa, como a que se pretende na construção de um PPP, deve ter por base o exercício do diálogo e da avaliação contínua. Isso significa que é necessário praticar constantemente a autoavaliação, a avaliação por pares e o diálogo para se compreender os desafios enfrentados nesta caminhada e as possibilidade de solucioná-los.

O processo de avaliação envolve a escuta sensível e o movimento de se colocar no lugar do outro, tornando-se, portanto, necessária a participação de todos: equipe escolar (todos de profissionais que atuam na escola), alunos (desde as crianças bem pequenas até os adultos), famílias e comunidade. É o momento em que a comunidade escolar retoma, recupera as metas, os objetivos e as propostas de trabalho delineadas no ano anterior e revisita todo o processo educativo, mantendo o propósito de aprimorá-lo constantemente.

É preciso lembrar que “o PPP mediado pela gestão democrática torna-se o ponto de articulação entre o individual e o social, entre as micro e macro esferas políticas, entre a escola e a realidade circundante, entre pessoas e o conhecimento” (ROSSI, 2004, p.34).

Para tanto, cada etapa do processo de construção do PPP importa, cada momento precisa ser tomado com responsabilidade e compromisso com o coletivo. É preciso encorajar os docentes a desenvolverem e manterem uma disposição crítica acerca das políticas públicas de educação como parte integrante da sua formação profissional (ROSSI, 2004), assim como conscientizar a comunidade extraescolar dos seus direitos e deveres nos processos decisórios da vida escolar.

E para essa construção, devemos tomar o projeto político pedagógico não somente como uma carta de intenções, nem apenas como uma exigência administrativa e burocrática, mas deve sim, segundo André (2001, p.188), “expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola”, ou seja, o PPP é a identidade da escola, uma identidade que se quer democrática na garantia do direito de todos e todas a um ensino de qualidade.

3. Desafios, possibilidades e limites do Projeto Político Pedagógico

Até este momento e a partir de tudo esboçado até aqui, conseguimos vislumbrar a complexidade e o detalhamento que permeiam a elaboração de um PPP. Já identificamos as etapas e os momentos desse planejamento que é a identidade social e pedagógica da escola. A elaboração do projeto político pedagógico de uma escola se inicia com questionamentos que nos mobilizam a uma reflexão acerca das concepções de educação, das suas finalidades, da concepção de alunos, de currículo, dos processos de aprendizagem e de ensino, da avaliação e da relação com a comunidade. E, são esses aspectos que, no conjunto, nos encaminham na percepção dos desafios enfrentados pela escola na construção do PPP, bem como das possibilidades e limites que podem surgir nesta trajetória.

Se considerarmos a escola numa perspectiva democrática emancipadora, os desafios são inúmeros, mas vamos no curto espaço deste texto identificar aqueles que nos parecem urgentes na discussão que propomos. Promover o envolvimento, o comprometimento e a participação de toda comunidade escolar; compreender as diferenças com o propósito de romper com a ideia imposta pelo sistema econômico de massificação das pessoas e do trabalho; criar um ambiente que favoreça o diálogo, o

debate, a análise e a reflexão. Esses são alguns dos aspectos que vamos identificar como desafios e que, embora interligados, trazem em si limites e possibilidades de ações que são distintas e precisam ser destacadas.

Não apenas na construção do PPP, mas em todas as ações da escola, é muito importante que todos se sintam sujeitos da construção do espaço escolar como espaço público de libertação e criação, que se sintam participantes desse espaço educativo, das suas decisões e das atividades nele desenvolvidas. A escola pública, enquanto instituição social, deve expressar o trabalho dos diversos segmentos que a compõem, de maneira harmônica e dialógica. A participação da comunidade escolar, orientada por valores e metas comuns, que visam melhorar a qualidade do ensino, é requisito fundamental para a implantação de um PPP, numa perspectiva emancipatória e democrática.

“A vida democrática é condição de desenvolvimento efetivamente humano e de educação e formação humana” (RAMOS SANTOS; CORACINI DE SOUZA, 2015, p. 9), e essas são metas da educação, a razão de ser da escola e do trabalho realizado pelos docentes. Nesta direção, precisamos considerar a escola na perspectiva de um “nós”, de um único corpo, que sendo social requer compromissos e sendo pedagógico assume a responsabilidade de garantir a aprendizagem de seus alunos e alunas. Uma escola pensada e construída para todos, uma escola democrática, que cumpre com a sua obrigação social de garantir o direito constitucional de educação para todos e todas.

E esse é um grande desafio. Num primeiro plano, o de trazer a este coletivo que compõe a unidade escolar a compreensão da escola nesta perspectiva e, por outro, o de promover a mobilização consciente na direção de construir essa escola com que todos sonhamos. Uma escola sensível às demandas e expectativas da sua comunidade.

A escola é espaço de diversidade, da multiculturalidade e, portanto, um local em que as diferenças sociais e culturais não devem se constituir como motivo de discriminação. Deve sim, e acima de tudo, afirmar-se enquanto espaço possibilitador da construção de uma nova identidade nacional que esteja assentada no respeito ao pluralismo cultural. E este desafio, que se estende a toda comunidade escolar, precisa ser debatido e ações devem ser pensadas para todos os segmentos da escola. O conhecimento da diversidade e pluralidade étnica e religiosa, apenas para citar algumas, deve vir acompanhado das necessárias informações sobre os bens culturais do rico patrimônio histórico que o nosso país carrega. Dessa forma, contribuiremos para que a escola básica

pública se transforme numa escola plural e cidadã, que tem como missão formar pessoas conscientes do seu papel como sujeitos históricos, sujeitos de transformação social e que respeitam a diversidade cultural.

Este não é um desafio fácil de ser superado, mas é preciso construir alternativas que impliquem na reflexão contínua acerca das diferenças que nos constituem enquanto nação. A escola que desejamos deve fazer frente às demandas da sociedade no enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e raciais para que se estabeleça um ambiente acolhedor, respeitoso e livre de preconceitos e injustiças.

As diferenças fazem parte de um processo social e cultural e que não servem para explicar que homens e mulheres, negros e brancos, se distinguem entre si; são antes para entender que, ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão. A diversidade cultural está presente diariamente no contexto brasileiro, expressando-se na música, na dança, na culinária, na língua e em inúmeras atividades no cotidiano. Por isso, a escola precisa estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens (BRITO; CARVALHO, 2022, p.2)

Acreditamos que o papel da escola é incontestável na busca por uma educação emancipatória, por uma sociedade mais solidária e na configuração do projeto de sociedade que se produz na comunidade, organizando os contextos e as ações que se desenvolvem na mesma, a partir de uma clara intencionalidade educativa. O espaço para se construir, acompanhar e rever o PPP é o indicado a essas discussões.

Por fim, a criação de um ambiente que favoreça o diálogo, o debate, a análise e a reflexão também se configura como desafio, em tempos em que não há tempo, em tempos de grandes mudanças tecnológicas que de alguma forma afetam as nossas relações com os outros e com o conhecimento. A profundidade e a clareza que temos deste desafio nos conduz a pensar no ritmo da escola e da vida de cada um dos seus integrantes. O diálogo é o que impulsiona um pensar mais crítico e consciente, aspecto tão necessário na construção do PPP e que nos leva a repensar a existência da escola e sua função social.

A participação do coletivo, a colaboração, a construção em conjunto e a tomada de decisões na construção do PPP se apoiam em relações mais dialógicas. E essas relações necessitam não apenas serem estimuladas, mas também, serem aprendidas. De acordo com Freire (2009, p. 91) o “diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação, enquanto homem”, atribuindo sentido às suas ações e seus projetos. Nesse

sentido, o diálogo permite que os seres, como sujeitos e em comunhão com outros sujeitos, discutam e reflitam e, nesse movimento, construam conhecimentos e projetos.

Assim, a escola precisa vivenciar o trabalho colaborativo, a partilha e o diálogo, o direito de vez e voz a todos e todas, como uma necessidade para a mudança e transformação. A dialogicidade traz uma dimensão política fundante para a construção do PPP nas escolas pois o diálogo na perspectiva proposta por Freire (2009, p. 44) “liberta, educa, muda mentalidades e une pessoas em prol de uma causa comum”. No espaço de uma escola pública, popular e democrática que se deseja, é possível que por meio do diálogo, da participação e do trabalho colaborativo a comunidade assuma o seu papel de protagonista na dinâmica dessa unidade social, na construção de uma comunidade aprendente.

Um projeto político pedagógico construído na discussão, no debate, na responsabilidade e compromisso coletivo fará com que todos estejam dialogicamente ligados a ele e comprometidos com sua realização. A construção dialógica e participativa do PPP contribui para engajar toda a comunidade escolar e local nesse movimento de mudanças por uma escola de qualidade social, onde ensinar e aprender tem a missão de desenvolver pessoas, conscientizando-as.

Nos próximos textos trabalharemos, mais detalhadamente, que documentos e informações devem conter um projeto pedagógico, e que em linhas gerais identificamos a seguir:

1. Histórico e identificação da instituição de ensino e da entidade mantenedora
2. Diagnóstico e análise da situação da escola
3. Fins e princípios norteadores da ação educação: concepções de ser humano, de sociedade, de educação e do papel social da escola.
4. Definição dos objetivos educacionais
5. Definição do Plano de Ação e do Plano Curricular
6. Avaliação

Considerações Finais

A elaboração do PPP, atendendo às diversidades que cada município apresenta, sendo articulado coletivamente entre aqueles que participam da comunidade escolar, ou

seja, entre pais, direção, alunos, comunidade, professores e funcionários, deve ter como princípio a responsabilidade de cada um, ao propor e viabilizar ações. A escola tem uma cultura própria que define sua identidade. Nessa cultura estão os valores de cada um que compõem a comunidade escolar, suas expectativas, sua força e capacidade de se engajar num projeto coletivo. Mobilizar o conhecimento da estrutura da escola e as relações desta com o ambiente extraescolar é tarefa essencial na construção do PPP.

Essa construção, que se inicia com questionamentos que suscitam reflexões acerca da concepção de educação e suas finalidades, e a respeito da visão de aluno, de currículo, dos processos de aprendizagem e de ensino, da avaliação e das relações com a comunidade, com os docentes e demais profissionais da educação, bem como com o meio econômico, social e cultural da localidade, são as bases a partir da qual o PPP se firmará. O marco referencial consiste na compreensão da escola e de sua inserção no contexto local em que está inserida.

As mudanças tão necessárias à escola surgirão, com certeza, daqueles e daquelas que carregam em si um grande desejo de rever o papel social da escola, tendo como marca do seu trabalho a democracia e a qualidade. Afinal, a efetivação do PPP não é apenas interesse ou imposição legal, mas uma preocupação social e política de todos que desejam a melhoria nos processos de ensino e de aprendizagem, e que compreendem que essa melhoria exige a participação dos envolvidos no processo. Essa participação só será verdadeira, quando conquistada por movimentos de incentivo, interação e conscientização impulsionados pela escola. O PPP terá como ponto de partida a mobilização da grande comunidade e, como processo contínuo e dinâmico, não terá fim, sendo realimentado a cada ano, a cada novo desafio.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Orgs.) *Ensinar a Ensinar*. São Paulo: CENGAGE, 2001.

BRITO, I. A. A. de; CARVALHO, S. C. S. Diversidade cultural na escola. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 33, 6 de setembro de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/diversidade-cultural-na-escola>

CHAUÍ, M. Sobre o medo. *In: CARDOSO, S. et al. Os sentidos da paixão.* São Paulo: Cia das Letras, 1987.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade.* São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança.* 16.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* 36.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo.* Petrópolis, Vozes, 2002.

ROSSI, V. L. S. *Gestão do Projeto Político-Pedagógico: entre corações e mentes.* São Paulo: Editora Moderna, 2004.

VASCONCELOS, C. dos S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.* São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.* Campinas: Papirus, 2003.